



XIII Seminário Nacional Sociologia & Política
Horizontes e desafios para refletir sobre o contemporâneo
GT 11 – Sociologia e a Cidade

Trabalho Sexual na Economia Cafeeira:
uma análise dos espaços marginalizados

Júlia Oliveira Cebulski¹
Karolina Cristina Corbani Guimarães Bueno²

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, julia.cebulski@uel.br

2 Graduanda em História pela Universidade Estadual de Londrina, karolina.corbueno@uel.br

Trabalho Sexual na Economia Cafeeira: uma análise dos espaços marginalizados

Resumo:

O presente trabalho aborda a prostituição em Londrina/PR, durante as décadas de 1950 a 1970, explorando seu contexto histórico, social e econômico. O objetivo principal é analisar como a prostituição se desenvolveu e foi influenciada por diversos fatores nesse período específico. Durante os anos de 1950 a 1970, Londrina passou por transformações significativas em sua economia e demografia devido ao rápido crescimento urbano. O estudo também investiga como a prostituição se relacionava com o turismo e as forças econômicas locais, destacando seu papel na economia informal da cidade. De 1929 até a década de 1950, Londrina passou por uma transformação dramática, tornando-se um centro de colonização com rápido crescimento urbano, ascensão de uma elite pioneira, imigração massiva, expansão de áreas periféricas, aumento da pobreza, surgimento de musseques e crescimento da criminalidade, incluindo atividades ilegais como prostituição e jogo, contribuindo para sua reputação variada nos anos cinquenta. Ao explorar a prostituição em Londrina nesse contexto histórico, este estudo busca esclarecer os desafios enfrentados pelas mulheres envolvidas nessa prática, além de examinar as complexas interações entre classes sociais, gênero e poder. Também será analisada a percepção e a regulamentação da prostituição pelas autoridades e pela sociedade, assim como a maneira como essa atividade se integrava à evolução em constante mudança do tecido social. O estudo demonstra de que maneira constituem-se e caracterizam-se os espaços tidos como marginais, compreendendo-os a partir da relação com os espaços e indivíduos considerados "centrais" e conforme às normas. Partimos do princípio de que são as dinâmicas das relações sociais, incluindo as relações de poder, que moldam a formação desses espaços, determinando e redefinindo a sua posição na vida cotidiana da sociedade. Ao analisarmos a disputa entre espaços marginais no qual a atividade de prostituição ocupou na cidade de Londrina, evidenciamos os aspectos do que se constituiu historicamente como marginal.

Palavras-chave: prostituição; cafeicultura; turismo sexual; Londrina/PR; século XX

Introdução

A prostituição é um fenômeno social complexo que, ao longo da história, tem sido influenciado por uma miríade de fatores contextuais, incluindo mudanças econômicas, demográficas e culturais. Neste artigo, exploramos o contexto específico da cidade de Londrina, no estado do Paraná, durante as décadas de 1950 a 1970, investigando a interseção entre a prostituição e os acontecimentos históricos, sociais e econômicos que marcaram esse período.

Durante os anos de 1950 a 1970, Londrina testemunhou uma série de transformações significativas em sua paisagem urbana e social, impulsionadas pelo rápido crescimento populacional e pelas mudanças na economia local. Este estudo busca compreender como tais transformações influenciaram o desenvolvimento da prostituição na cidade, considerando sua relação com o turismo, as forças econômicas locais e o tecido social em constante evolução.

Desde sua fundação em 1929, Londrina emergiu como um centro de colonização e crescimento urbano acelerado, atraindo uma diversidade de habitantes e configurando uma paisagem urbana marcada pela expansão de áreas periféricas e pelo aumento da pobreza. Nesse contexto, atividades vistas como imorais como prostituição e jogo proliferaram, contribuindo para uma reputação variada da cidade nos anos cinquenta.

Este estudo traz proposições iniciais sobre as complexas interações entre classes sociais, gênero e poder. Será investigada a percepção e a regulamentação da prostituição pelas autoridades e pela sociedade, assim como sua integração à dinâmica social em constante mutação.

Partindo da premissa de que os espaços considerados marginalizados são moldados pelas dinâmicas das relações sociais, incluindo as relações de poder, este estudo busca compreender como a prostituição se encaixava no contexto da economia cafeeira, destacando os aspectos históricos e sociais que contribuíram para a formação e caracterização desses espaços marginalizados em Londrina. Ao fazê-lo, esperamos lançar luz sobre as complexidades da vida urbana e as lutas enfrentadas pelas mulheres envolvidas nessa prática, enquanto contribuímos para uma compreensão mais ampla da história social e urbana da cidade.

Desenvolvimento

O Café no Brasil

O café no Brasil é uma narrativa intrincada que se entrelaça com a própria história do país. Seu surgimento remonta a 1727, quando Francisco de Mello Palheta desempenhou um papel crucial ao mediar uma disputa de fronteira entre as Guianas Francesa e Holandesa, recebendo como presente as primeiras sementes da planta. A partir daí, o café começou sua jornada, inicialmente difundindo-se pelo Norte e Nordeste, até alcançar o Rio de Janeiro por volta de 1760, quando a busca por novas fontes de riqueza se intensificou com o esgotamento dos veios auríferos de Minas Gerais. O café emergiu então como um símbolo da economia brasileira, impulsionando a expansão econômica do país. A partir de 1820, estabeleceu-se firmemente no Vale do Paraíba, dando início a um novo ciclo econômico que moldaria profundamente o destino do Brasil (POZZOBON, 2006, p.22).

No contexto do café no Paraná, há uma narrativa que se entrelaça com a tenacidade e o pioneirismo de indivíduos como Frei Timóteo de Castelnuovo, que possivelmente plantou o primeiro pé de café na região em 1856, no Aldeamento São Pedro de Alcântara, hoje conhecido como Jataizinho. Enquanto isso, no litoral, já se vislumbrava as primeiras plantações para subsistência. Esses esforços iniciais foram fundamentais para o desenvolvimento posterior da indústria cafeeira no estado. Nas

três primeiras décadas do século XX, a produção média anual alcançava cerca de 35 mil sacas, demonstrando um crescimento significativo e estabelecendo o Paraná como uma importante região produtora de café no país. No final do século XIX, dizia-se que “O Brasil era o café e o café era o Brasil”, esse produto era tão importante que 70% da receita de exportação vinha do produto (POZZOBON, 2006, p. 30). Esse período marcou o surgimento de uma economia cafeeira vibrante e a consolidação do estado como um dos pilares da produção cafeeira nacional.

Os primeiros anos após a formação da República no Brasil foram marcados por um período de desafios para a indústria cafeeira, com quedas nos preços do café e uma falta de organização na produção e comercialização do produto. A partir de 1906, os estados produtores, cientes da necessidade de proteger seus interesses, começaram a implementar planos de defesa dos preços e controle da oferta. Nessa época, São Paulo despontava como o principal produtor, contribuindo com cerca de 16 milhões de sacas, enquanto o consumo mundial alcançava a marca de 18 milhões. Diante desse cenário, em 1906, foi assinado o Convênio de Taubaté, um marco na história da cafeicultura brasileira, pois de acordo com o pesquisador Irineu Pozzobon “A solução para os problemas, acreditava-se, estaria na intervenção do Brasil, no mercado mundial do café” (POZZOBON, 2006, p.33). Este acordo, que contou com a participação dos governos federal e estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, buscando estabilizar os preços do café no mercado internacional, garantindo um preço mínimo para o produto brasileiro. A ausência do Paraná neste acordo tornou as terras adjacentes à divisa de São Paulo atraentes para os fazendeiros paulistas, que buscavam expandir suas propriedades.(POZZOBON, 2006, p. 33)

A política de valorização do café implementada até 1917 trouxe um período de enriquecimento para o setor, porém, resultou no acúmulo de estoques devido à falta de expansão proporcional do consumo internacional. A partir de 1908, a maior valorização do café gerou uma sensação de prosperidade, embora a remuneração dos trabalhadores tenha apresentado apenas um pequeno aumento. Além disso, a proibição das culturas intercalares na maioria das propriedades elevou os preços desses produtos, desencadeando as primeiras greves e o deslocamento de trabalhadores para a capital paulista em busca de melhores condições. Entre 1913 e 1917, os preços do café estiveram em declínio, marcando uma fase de baixa para os cafeicultores. No entanto, a segunda operação, que abrangeu os anos de 1917 a 1920, trouxe um respiro para o setor. Sob a tutela do governo federal e impulsionada pelo fim da Primeira Guerra Mundial, essa fase viu um aumento significativo nos preços, especialmente após uma grande geadada em 1918, que dobrou os valores do café.

O cenário começou a mudar novamente com a terceira operação, que abrangeu o período de 1921 a 1924. Em 1924, o Paraná já era reconhecido como um grande produtor potencial, acelerando-

se a demanda por terras (POZZOBON, 2006, p. 34). Uma recessão mundial afetou a demanda pelo café brasileiro, levando o governo federal a intervir na aquisição do produto. Essa intervenção foi uma resposta à queda da bolsa em 1929, que afetou o mundo inteiro, e ao acúmulo de estoques resultante de quatro grandes safras consecutivas, mantendo os preços em níveis baixos até 1940.

Em meio a esses desafios, medidas drásticas foram tomadas para controlar a produção e estabilizar o mercado. Em 1932, o plantio de café foi proibido em importantes estados produtores como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, foi instituída uma contribuição compulsória, exigindo que os cafeicultores vendessem 40% de sua safra a preços inferiores ao mercado. A construção de armazéns também foi uma estratégia adotada para lidar com o excesso de estoque. A partir de 1937, o governo estabeleceu quotas para a exportação, retenção e sacrifício do café, a fim de equilibrar o mercado. Entre 1929 e 1944, a conjuntura recessiva persistiu, e os estoques elevados levaram o governo federal a medidas extremas, como a incineração do café excedente.

Apesar desses desafios, o estado do Paraná destacou-se pela sua capacidade de expansão na produção de café. Graças ao solo fértil, à disponibilidade de mão de obra e à menor exigência de capitais, o Paraná conseguiu crescer sua produção mesmo diante de um cenário nacional adverso (POZZOBON, 2006, p. 36).

A Capital Mundial do Café

A região conhecida como "Sertões do Guayrá" era considerada desabitada até meados do século XIX, embora a região não fosse um vazio demográfico, tendo em vista a existência de povos indígenas residindo ali. Ocorre que a disseminação dessa ideia pelos "pioneiros" do Norte do Paraná é o que sustenta os "mitos fundadores" da região de Londrina. De acordo com Edson Holtz Leme, essa expressão de "mito fundador".

Carrega em si o peso de ser uma construção ideológica que serve aos interesses e objetivos do grupo social que a fomentou. O mito, historicamente, traz a figura de personagens reais, representados de forma exagerada pela imaginação popular. Ao serem utilizados para justificar a origem, o começo de determinado povo, Estado e até mesmo de uma cidade ou comunidade, eles passam a carregar em si, justificativas que são significadas e ressignificadas com o passar do tempo, transformando-se em mitos fundadores (LEME, 2013, 89 e 90).

Dentro dessa perspectiva, o vazio demográfico anterior à chegada dos pioneiros é o que possibilita que seja promovida a imagem do branco e inglês, não pindigena que faz parte da história oficial, aquele que registra seus feitos com fotografias e desbrava o intocado. De acordo com Márcia Elisa Teté Ramos:

Havia conflitos existentes na época da colonização, pois na região já habitavam indígenas, caboclos e posseiros. Os folhetos de propaganda da Companhia de Terras, reforçaram a ideia de paraíso, fertilidade e de enriquecimento certo e excluía que algumas pessoas já estavam estabelecidas na região, o que poderia supor conflitos quanto à posse da terra, e assim se opunham frontalmente à ideia de promessa, então divulgada, comprometendo a comercialização dos lotes de terra na região (TETÉ; OLIVEIRA, 2016, p.268).

Por esse motivo é que essa questão do vazio demográfico é primordial para a compreensão da imagem construída de Londrina, que mais tarde veio a ser a cidade que segrega pessoas geograficamente por suas condições;

A promulgação da Lei de Terras em 1850 desencadeou um influxo de investimentos que impulsionou fortemente a produção de café, estimulando a expansão em direção ao Norte Pioneiro a partir do oeste paulista. Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial e as dificuldades financeiras dos fazendeiros na década de 1920, diversas empresas colonizadoras de capital privado associaram-se aos fazendeiros locais, adquirindo vastas extensões de terras do governo paranaense a preços acessíveis.

No período em que a venda de terras para essas empresas estava sendo estimulada pelo governo, ocorreu a chegada da Missão Montagu ao Rio de Janeiro em 1923, liderada por Lord Lovat, despertou o interesse estrangeiro para as potencialidades econômicas do Brasil. Isso resultou na formação da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) e no início do projeto de colonização do Norte do Paraná. A empresa adquiriu vastas extensões de terras, facilitando a chegada de futuros proprietários por meio de uma propaganda intensiva sobre as vantagens da região, como solo fértil e ausência de pragas. O aumento da população durante os anos 30 e 40, impulsionado pela migração de diferentes partes do Brasil e do exterior, refletiu a crescente atratividade da região, que se tornou conhecida como uma extensão da cultura cafeeira paulista, economicamente dependente dela.

Essa iniciativa que teve interferência governamental fez com que surgisse um sistema de pequenas propriedades que possibilitou o aparecimento de uma classe média rural que multiplicou o número de propriedades, desenvolveu um comércio local e possibilitou o surgimento de um rosário de cidades. (POZZOBON, 2006, p. 64)

A CTNP, subsidiária do Paraná Plantations Syndicate, estabelecida em Londres, emergiu como a principal detentora de terras na região. Entre 1925 e 1927, com o objetivo de implementar um projeto de colonização de natureza imobiliária. A cidade de Londrina, concebida pela CTNP, adotou uma abordagem semelhante ao conceito de "cidade-jardim" proposto por Ebenezer Howard no início

do século XX na Europa. Esse modelo visava resolver os problemas enfrentados pelas primeiras cidades industriais, estabelecendo limites espaciais para o crescimento urbano e deslocando o excedente populacional para novos centros urbanos conectados por ferrovias, além de priorizar a higiene urbana (LEME, 2018, p. 37).

O engenheiro da CTNP delineou uma distribuição espacial e social semelhante a um tabuleiro de xadrez para Londrina, refletindo o desejo de uma cidade ordenada e controlada. Para garantir o sucesso do empreendimento na região, a CTNP adquiriu, em 1928, a Companhia Ferroviária São Paulo Paraná, cujos trilhos alcançaram Londrina em 1935. Além da ferrovia, a empresa empenhou-se na construção de uma ampla rede viária, especialmente para a ligação com São Paulo. Após o término da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, a economia cafeeira experimentou uma rápida recuperação no cenário internacional, impulsionando um crescimento acelerado das plantações em toda a região e consequentemente fazendo com que a economia da cidade de Londrina atingisse o auge, que ocorreu por volta da década de 1950.

De acordo com Éder Cristiano de Souza (2018, p. 36) esse planejamento inicial de um traçado xadrez, com ruas estreitas, revela que a Cia colonizadora não nutria grandes expectativas com relação ao crescimento de Londrina, pois esta seria apenas o primeiro ponto de parada dos compradores de terras.

No período que compreendeu de 1930 até meados da década seguinte, a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) dominou a região, utilizando recursos públicos e privados para realizar atividades comerciais e promover o desenvolvimento da área. Esse controle político e econômico por parte da CTNP persistiu até 1944, quando investidores britânicos retiraram seus recursos devido à recessão após a Segunda Guerra Mundial e às restrições governamentais, levando à nacionalização da CTNP.

Londrina, onde a CTNP estava sediada, foi transformada em uma cidade cuidadosamente planejada, com uma organização funcional que buscava multiplicar o capital britânico e controlar o crescimento urbano. O principal objetivo era gerar lucro através da valorização da terra e incentivar a migração para a área urbana.

Esse cenário atraiu uma onda crescente e descontrolada de migrantes e imigrantes em busca da suposta riqueza, resultando em um significativo aumento populacional na região e provocando uma mudança em sua posição dentro do contexto brasileiro. No entanto, esse rápido crescimento populacional acarretou um alto custo social para uma cidade originalmente planejada para abrigar no máximo 30 mil habitantes. Nos primeiros anos de comercialização, todos os terrenos nas áreas centrais da primeira fase de desenvolvimento da CTNP foram rapidamente ocupados.

No contexto explorado acima, José Miguel Arias Neto, descreve que: “ao lado dos trabalhadores vieram também milhares de pessoas que buscavam o enriquecimento fácil: os aventureiros, os escroques, as prostitutas, os golpistas, bem como os miseráveis que tinham esperanças de construir uma vida melhor no Eldorado” (ARIAS NETO, 2008, p. 117).

A expansão desordenada da cidade resultou na absorção de áreas inicialmente reservadas para espaços verdes pela especulação imobiliária, gerando o surgimento de novos bairros na periferia e o aumento da pobreza e marginalização. Em resposta, o poder público empreendeu a criação de novos espaços para "acolher" e isolar, por meio de medidas policiais, aqueles que não conseguiam se integrar à sociedade do trabalho (LEME, 2018).

A população londrinense sempre foi demasiadamente preocupada com seus espaços sociais, traço esse que estava presente no momento da construção da cidade e na Década de 1950, quando somente as medidas policiais já não surtiam mais efeito, essa preocupação foi posta em lei, após grande apelo social. A lei 133/51 dividiu esse espaço urbano em regiões definidas de acordo com infraestrutura e custos o que possibilitou às classes dirigentes e definir espaços privilegiados para seus investimentos imobiliários, enquanto às classes populares restariam os bairros mais distantes e precários (SOUZA, 2018, p. 46).

Os guetos da prostituição

Além disso, a Companhia também gerenciou locais destinados à prostituição, estrategicamente localizados nas margens do centro da cidade, na rua Rio Grande do Sul, (atualmente conhecida pelo nome de rua Brasil). Essa estratégia visava à segregação e ao controle das atividades tida como imorais.

Essa rua era conhecida como o Lugar de perdição e libertação de todo instinto sexual, mas curiosamente era também um símbolo do Progresso, pois na época áurea do café em Londrina, que se deu especialmente nos anos de 1950, o alto meretrício era constituído por casas de alto luxo, com letreiros em neon nas fachadas. Esses locais eram frequentados por personalidades como políticos e negociadores de café. Nesse período, parte do grande movimento do aeroporto local era composta por aviões que transportavam prostitutas de luxo para aquelas casas, cujas proprietárias instauraram e mantinham seu posto de poder e por meio disso controlavam a polícia e impunham sua presença às autoridades municipais e a sociedade local (ARIAS NETO, 2008, p. 119).

Em contrapartida existia ainda o baixo meretrício que era o alvo da imprensa, das investidas da polícia, dos processos criminais e do discurso da política, tudo isso se tratava de uma demonstração de que sua presença era tolerada e mesmo benéfica, desde que respeitasse os limites estabelecidos

pelos poderes. A zona de prostituição que se fixou na rua Rio Grande do Sul assim como a cidade cresceu de maneira exponencial e adquiriu fama nacional (ARIAS NETO, 2008, p.120)

O rápido crescimento da cidade gerou reclamações dos moradores das ruas próximas a rua Rio Grande do Sul, pois as famílias exigiam que as casas suspeitas fossem fechadas. Os discursos dos jornais deixavam claro que havia um empecilho moral e de ambiência urbana. A localização do meretrício representava um empecilho espacial para o desenvolvimento da cidade.

O discurso da cidade moderna, enaltecido por suas elites, teve que enfrentar o meretrício como obstáculo quando o espaço urbano foi percebido como um todo, pois ele se infiltrou às margens do centro da cidade, que agora deveria ser “higiênico” de forma sorrateira. Respaladas por campanhas moralistas, as autoridades locais tentaram, sem sucesso, confinar as práticas ilícitas em locais isolados e distantes daqueles reservados aos cidadãos "honestos". No entanto, esses locais logo foram alcançados pelo crescimento urbano. Para o poder público, restou o aumento da repressão e da vigilância, sem, no entanto, conseguir extinguir essas práticas marginais que tanto incomodaram os habitantes da cidade "moderna". Apesar de se estenderem por toda a área central, a prostituição criou seus guetos que se resumem a uma área urbana restrita, onde grupos específicos estão vinculados por uma rede de instituições, em um contexto de isolamento socioeconômico e restrição de oportunidades, frequentemente marginalizados e negligenciados pelas autoridades públicas, servindo como refúgios para atividades socialmente estigmatizadas (WACQUANT, 2004, p. 160), onde se encontravam as casas de prostituição.

Como toda atividade vista como “imoral” a prostituição, enfrentou campanhas de moralização que a empurraram para longe dos olhos das famílias. No entanto, de forma lenta e silenciosa, recuperou territórios para, mais tarde, ser novamente expulsa.

A respeito dessa temática José Miguel Arias Neto, comenta que:

Tudo indica que o discurso da modernidade urbana foi incorporado à representação do Eldorado. Essa questão é fundamentalmente política, uma vez que, através de uma legislação implacável, o poder buscou ordenar e racionalizar a cidade que crescia aceleradamente e, ao mesmo tempo, legitimar as desigualdades sociais que se aprofundavam nos anos (ARIAS NETO, 2008, p.50)

Essa preocupação com a segregação de certos grupos sociais dentro da cidade sempre existiu desde os primórdios da cidade, tanto que não era esperado uma população volumosa em Londrina, pois se tratava apenas de um ponto de apoio para a CTNP, essa situação apenas se tornou mais evidente na década de 1950.

Diante dessa perspectiva, é possível vislumbrar que o sonho das elites londrinenses se centrava no fato de a cidade de Londrina construir-se em uma única família, ao mesmo tempo moderna e agrarista ligado a cafeicultura, um símbolo do trabalho e do progresso (ARIAS NETO, 2008, p. 114).

Uma análise minuciosa da Lei, especialmente no que diz respeito à descrição das zonas residenciais, divididas em nove sub-zonas, evidencia a intenção de separar as diferentes classes sociais de forma espacial. Conforme observado por Arias Neto (2008), a legislação buscava assegurar às classes dominantes os melhores espaços da cidade, além de prescrever para estas o maior número de melhorias urbanísticas. Assim, a implementação destas leis refletia não apenas uma tentativa de controle do espaço urbano, mas também a perpetuação das desigualdades sociais, ao restringir o acesso aos recursos e benefícios urbanos conforme a posição social de cada indivíduo. De acordo com José Miguel Arias Neto:

A legislação modernista do início da década de 1950, bem como a ação policial e saneadora dela decorrente, procurou ordenar os espaços sociais banindo a humanidade deteriorada para locais específicos. Assim pode-se encarar também a rua Rio Grande do Sul e a Vila Matos, para onde o meretrício foi transferido em meados dos anos de 1950 como criações modernistas. Uma vez confinada a marginalidade a seu mundo decaído, a preocupação do poder passou a ser a manutenção da configuração assumida. (ARIAS NETO, 2008, p. 120)

A imprensa, que até o início da década de 1950, era financiada pela CTNP, fazia pressão para que o avanço dessas casas de prostituição fosse contido, assim como a vadiagem, o roubo, a mendicância, a pobreza e outras situações que não eram tão bem vistas quando a mostra em uma cidade “de prestígio” como era a cidade de Londrina à época.

Pouco a pouco essa população foi sendo retirada do cenário de foco na cidade de Londrina, uma vez que as autoridades se preocupavam não pela existência de uma zona de meretrício, pois esse era um problema universal e, portanto, a eles restavam controlar sua disseminação, mas sim pelo fato dela se localizar na região central da cidade.

Essa campanha durou aproximadamente uma década, mas não obteve o sucesso que era esperado. De acordo com Éder Cristiano de Souza (2018, p. 60)

O próprio nome daquele trecho da rua foi alterado, em 1953, para Rua Brasil, tentando apagar a imagem negativa da “famosa rua Rio Grande do Sul” e atrair compradores para ocuparem aquele espaço e extirpar do centro da cidade aquela mancha “estão fechadas as espeluncas da ‘famosa’ Rua Brasil. A medida digna dos maiores encômios foi tomada, em ação conjunta, pela delegacia de Polícia, Saúde Pública e Prefeitura Municipal de Londrina” Jornal Combate de Setembro de 1955, p. 4.

Após estabelecer um controle rígido sobre a geografia urbana, o poder público dirigiu sua atenção para os corpos que habitavam esses espaços. Nesse sentido, foi promulgada a Lei 219 — Código de Posturas, que passou a regular a vida cotidiana na cidade. Complementando a Lei 133 de 1951, esse código tinha como objetivo principal a normalização dos comportamentos sociais, visando garantir a segurança e a ordem pública.

Entretanto, por trás da aparente preocupação com a segurança e a moralidade pública, encontrava-se a verdadeira intenção de disciplinar a sexualidade. A legislação, ao generalizar advertências a diversos tipos de estabelecimentos, procurou encobrir a repressão direcionada a casas, pensões e bares considerados suspeitos. Isso é evidenciado pelo parágrafo primeiro do artigo 59, que autorizava a Prefeitura a negar ou revogar licenças de funcionamento para estabelecimentos que fossem considerados prejudiciais à saúde, à tranquilidade pública, aos bons costumes ou à segurança pública, bem como àqueles que, por meio de malícia ou fraude, obtivessem licenças para uma finalidade específica e realizassem atividades diferentes.

Dentro do contexto de surgimento da cidade de Londrina as reflexões foucaultianas sobre a sexualidade ganham relevância. Em sua obra "História da Sexualidade", Foucault questiona as práticas sociais, especialmente a partir do século XVIII, período em que se evidencia a hipocrisia que subjuga a sexualidade a uma função estritamente reprodutiva. O autor denomina essa repressão sexual de "hipótese repressiva", mas ressalta que essa explicação não deve ser aceita como a única, ainda que funcione como um discurso dominante.

Essa repressão recaí especialmente sobre a mulher, haja vista que, as suas atitudes eram analisadas como de mulher do lar ou meretriz, tendo que carregar esse fardo social. Essas categorias são analisadas por Margareth Rago em seu texto "Trabalho feminino e sexualidade", onde ela expõe que a partir da incorporação das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública em geral, o mundo trabalho era representado como a metáfora do cabaré e o lar era valorizado como um mundo sagrado, sendo um mundo público um espaço ameaçador a moral da mulher (RAGO, 1993, p.491)

Quando se pensa a prostituição em uma cidade que foi “dominada” e “construída” por homens se aproximando de suas “mulheres de família”, é possível compreender que o espaço da prostituição emerge como um locus onde as dinâmicas de poder se entrelaçam de forma evidente. Os corpos das prostitutas não são apenas explorados economicamente, mas também submetidos a uma série de controles e disciplinas sociais.

Assim, o espaço dedicado à prostituição se revela como um palco complexo onde se desenrolam as relações de poder, uma arena onde as estratégias de controle se confrontam com as resistências

individuais e coletivas. É nesse embate que se evidencia a fluidez e a multiplicidade do poder, mostrando que, mesmo nas margens da sociedade, as dinâmicas de poder de Foucault continuam a moldar e influenciar as relações sociais e as práticas individuais. Observando essas relações de poder é possível compreender a motivação da segregação do meretrício em guetos, estes não são apenas um espaço marginalizado social e culturalmente, mas também uma instituição complexa que reflete relações de poder e dominação (WACQUANT, 2004, p.160)

Neste sentido, é possível visualizar que a segregação das zonas de meretrício na cidade de Londrina, foi fortemente influenciada pelas relações de poder que a permeavam, ligadas a figura do pioneiro, a imagem da família tradicional e especialmente ligadas ao título que foi trazido pelo café à cidade. O mesmo café que fomentou o crescimento das zonas de meretrício, foi também o que motivou a exclusão da atividade, assim como de tudo que era considerado “sujo” e “imoral” em uma lógica de cidade moderna.

Conclusão

Podemos depreender a partir das proposições iniciais de pesquisa que, apesar de a sociedade Londrinense, especialmente a masculina, enxergar a prostituição como algo comum, existente em todo lugar e muitas vezes ir até a zona de meretrício, não estavam dispostos a compartilhar com as prostitutas o espaço urbano com tamanha proximidade de suas residências.

Essa questão está intimamente ligada à posição de poder desses homens “pioneiros” nessa sociedade. A partir do momento em que Londrina foi vista nacionalmente em decorrência do café o meretrício deveria ser cada vez mais varrido da cidade para as bordas, à medida que estivesse disponível, porém não visível.

O controle dessa sexualidade deveria evitar que Londrina se tornasse uma cidade promíscua, onde não se conservavam os valores familiares, pois a mulher do lar não poderia ser posta no mesmo patamar que a meretriz. Por esse motivo, o espaço geográfico da família deveria ser diferente do gueto, onde se encontravam as casas de prostituição.

Além disso a cidade moderna dos anos de 1950 possuía ideais higienistas de maneira que não poderia se ligar a uma atividade tão “imoral” como a prostituição. Londrina enquanto “Capital Mundial do Café” deveria sanar essa mácula no centro da cidade para se mostrar progressista e elitista.

É possível observar ainda que essas questões estão completamente ligadas a um machismo, imposto dentro de uma sociedade que carrega consigo mesma um mito fundador extremamente masculino, e para isso se utilizou da cidade de maneira a reprimir uma minoria de mulheres que foram

estigmatizadas e excluídas por meio de leis e discursos sociais. A exclusão das prostitutas em Londrina, se tratou de uma construção social voltada para engrandecer uma classe detentora de todo o poder.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia M. S. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930-1960**. FCL Unesp: Assis- S.P. (Dissertação de mestrado), 1991.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens boemia e prostituição na “capital mundial do café”(Londrina: 1930-1970)**. 1996.

DE SOUZA, Eder Cristiano. **Excluídos do café: Planejamento urbano e conflitos sociais em Londrina nas décadas de 1950 e 1960**. Londrina: Eduel, 2021.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. **Gênero e educação: caderno para professores**. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, p. 29-42, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Graal, 1984

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2013.

LEME, Edson Holtz. **Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: SciELO-EDUEL, 2018.

LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina : 1959-200**. 2013. 276 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia Júlio de Mesquita Filho, Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103147>>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade, in: DEL PRIORI, Mary (Coord.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; DA SILVA OLIVEIRA, Gisele. O livro didático “viver é descobrir” (1988) e a Narrativa Histórica da cidade de Londrina - PR. **Revista Labirinto (UNIR)**, V. 24, n. 2, p. 257-281, 2016.

WACQUANT, Loïc. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Revista de Sociologia e Política, p. 155-164, 2004.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. **Gênero e educação: caderno para professores. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação**, p. 29-42, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito.

WACQUANT, Loïc. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Revista de Sociologia e Política, p. 155-164, 2004.